

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNA DE OLIVEIRA GONÇALVES

REGIONALISMO: O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO CHINA-ASEAN

FLORIANÓPOLIS, 2015

BRUNA DE OLIVEIRA GONÇALVES

REGIONALISMO: O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO CHINA-ASEAN

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

FLORIANÓPOLIS, 2015

BRUNA DE OLIVEIRA GONÇALVES

REGIONALISMO: O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO CHINA-ASEAN

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografia, resolve atribuir à acadêmica Bruna de Oliveira Gonçalves, após a apresentação do trabalho intitulado “Regionalismo: O Acordo de Livre Comércio China-ASEAN”, a nota 8, referente à disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 23 de novembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fernando Seabra
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Helton Rogério da Rosa
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu professor orientador, Daniel, por toda a paciência e dedicação comigo. Seus conselhos foram fundamentais para a condução desse trabalho.

Aos meus pais, por todo apoio dado e pelo amor incondicional a mim dedicado.

Ao meu grande amigo Lucas. Nossas conversas e questionamentos sobre tudo não levaram a nada, mas construíram uma amizade incrível.

E por fim, ao meu namorado Rafael. O único que realmente entendia minhas preocupações acadêmicas.

“Sonhos determinam o que você quer. Ação determina o que você conquista.”

Aldo Novak

RESUMO

O regionalismo tem sido uma forma de integração muito fortemente utilizada nas últimas décadas, seja por questões econômicas, seja por questões políticas. O presente trabalho irá apresentar as chamadas três ondas do regionalismo- após a Segunda Guerra Mundial, em seguida o Regionalismo Aberto e por último o corrente Novo Regionalismo- com ênfase no continente asiático. Será analisado o Acordo de Livre Comércio entre a China e a ASEAN, firmado na atual fase, para identificar se esse se enquadra nas características do regionalismo do período.

Palavras-chave: Regionalismo, Novo Regionalismo, ASEAN, China.

ABSTRACT

The regionalism has been a way of integration extremely used in recent decades, either for economic reasons, either for political reasons. This paper will present the three waves of regionalism- after The World War II, then the Open Regionalism and finally the current New Regionalism focusing on Asia. It will be analyzed the Free Trade Agreement between China and ASEAN, signed at the current wave, to identify whether it contains or not the regionalism characteristics of the period.

Key-words: Regionalism, New Regionalism, ASEAN, China.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Quantidade de Acordos Regionais de Comércio por Tipo de Acordo.....	23
Figura 1: Países Membros da ASEAN.....	26
Gráfico 2: Crescimento do Comércio China-ASEAN em Volume de 2000 a 2013, em bilhões de dólares.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Balança Comercial da ASEAN com Principais Parceiros, em bilhões de dólares....36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AELC – Associação Europeia de Livre Comércio

AFTA – *ASEAN Free Trade Area*

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALC – Área de Livre Comércio

AOD – Ajuda Oficial para o Desenvolvimento

APEC – *Asia-Pacific Economic Cooperation*

ARF – *ASEAN Regional Forum*

ASEAN – *Association of Southeast Asian Nations*

CAFTA – *China-ASEAN Free Trade Area*

CEE – Comunidade Econômica Europeia

EAFTA – *East Asia Free Trade Area*

EAS – *East Asia Summit*

EASG – *East Asia Studying Group*

EAVG – *East Asia Vision Group*

EHP – *Early Harvest Programme*

EUA – Estados Unidos da América

FA – *Framework Agreement on the Comprehensive Economic Co-operation between ASEAN and China*

FMI – Fundo Monetário Internacional

FTA – *Free Trade Area*

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IED – Investimento Externo Direto

NAFTA – *North American Free Trade Agreement*

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

TAC – Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	HISTÓRICO DO REGIONALISMO	17
2.1	REGIONALISMO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	17
2.2	REGIONALISMO ABERTO	19
2.3	NOVO REGIONALISMO	22
3.	NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO: O ACORDO CHINA-ASEAN	25
3.1	O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO CHINA-ASEAN	25
3.1.1	Histórico da ASEAN	25
3.1.2	Área de Livre Comércio da ASEAN.....	30
3.2	ACORDO CHINA-ASEAN	31
3.2.1	Primeiros Resultados.....	34
4.	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico asiático nas últimas décadas tem chamado muito a atenção, uma vez que está ocorrendo de uma forma acelerada e de maneira distinta da do ocidente. A participação da Ásia no mercado global torna-se mais significativa a cada ano. Grande parte dos países emergentes atualmente é asiática e suas capacidades de influenciarem nas negociações multilaterais são cada vez mais notórias. O desenvolvimento industrial na Ásia, que iniciou no Japão, se expandiu para os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e para a China. Assim, a região se transformou em um dos centros da economia mundial com um modelo próprio de desenvolvimento. Como discorre Vizentini (1996)- “O desenvolvimento asiático, numa perspectiva histórica, constitui parte de um movimento maior de renascimento das civilizações locais [...]. Neste processo, a República Popular da China representa o pivô” (VIZENTINI, 1996, p. 15).

Os países da Ásia Oriental têm características muito distintas, o que se torna um obstáculo na integração da região e para criação de uma identidade regional (YAHUDA, 2003). As disparidades são inúmeras- territorialmente, a imensidão do território chinês se contrapõe à Cidade-estado de Cingapura; economicamente, na mesma região encontramos os maiores e menores IDHs do mundo; étnica, religiosa e culturalmente, sendo que as diferenças são encontradas tanto dentro da região como dentro dos próprios países.

Entretanto, nem tudo é distinto. Há elementos que conferem à região certa homogeneidade. A existência de uma região de forma política se deve ao modo de inserção no cenário internacional, o qual ocorre através do regionalismo ou da intervenção externa. A intervenção do Estado na economia é corriqueira. Vários são os regimes totalitários revestidos de democracia oriental. A economia está no auge de sua dinamicidade na região, de modo que o crescimento acelerado tem ocasionado desequilíbrios internos. E o conflito territorial e político são iminentes, seja por questionamentos de fronteira seja por desconfiança dos maiores Estados tendo em vista seu passado imperialista (SEGURA, 2006).

O regionalismo é um fenômeno que se desenvolve a partir da segunda metade dos anos cinquenta. Os processos de cooperação e integração regional, hoje em dia, representam a intensificação dos contatos entre Estados e outros atores internacionais a fim de estabelecer estratégias conjuntas para aumentar a produtividade, garantir acesso a mercados e aumentar o

nível de bem estar econômico e social em um contexto de mercados abertos e de concorrência global (SEGURA, 2006).

A primeira fase do regionalismo ocorreu durante a década de 1960, sendo a integração pensada a partir da ideia de industrialização por substituição de importações e se relacionava a poucos setores industriais (FLECK, 2011). O marco para essa etapa foi a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1958 e da Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) em 1960. A fim de que esse relacionamento fosse possível, era necessário que o ambiente econômico internacional estivesse estável e cooperativo. Assim, o regionalismo econômico desenvolvido no pós Primeira Guerra Mundial se deu em paralelo ao estabelecimento sistema multilateral de comércio do GATT¹.

Contudo, essa fase inicial do regionalismo não obteve muito sucesso, pois muitos dos acordos eram pouco efetivos e o comércio entre os países que os firmaram não foi incrementado (BHAGWATI, 1991). Após o surgimento na Europa Ocidental, novos impulsos para a constituição de acordos regionais se intensificaram, principalmente nos países subdesenvolvidos, ao contrário do que se passava nos países industrializados, onde o interesse por esse tipo de acordo havia minguado, como, por exemplo, a ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio). Na Ásia, essa fase é caracterizada pelo surgimento da Associação de Nações do Sudeste Asiático, em 1967, um experimento embrionário nesse momento, e pelas relações entre o Japão e os quatro Tigres Asiáticos.

O primeiro acordo com o objetivo de integrar a região, a ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*), passou por transformações na sua agenda ao longo do tempo. Com o término na Guerra Fria, o número de países membros aumentou² integrando antigos Estados socialistas e passou-se a discutir um acordo preferencial de tarifas em 1992, o AFTA (*ASEAN Free Trade Area*), com o intuito de liberal gradativamente o comércio entre os integrantes. A partir daí, a organização deixou de tratar apenas de segurança e estabilidade regional, e passou a lidar com a regulação do sistema financeiro regional e com a integração comercial.

Durante a década de 1980 e início da de 1990, ocorreu o segundo estágio do regionalismo. De acordo com Fleck (2011), esse é caracterizado por dois fatores predominantes- o incentivo dado pelos Estados Unidos à integração através do Acordo de Livre Comércio EUA- Canadá e do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e

¹ O *General Agreement on Tariffs and Trade* foi criado em 1947 é um conjunto de regras tarifárias que têm a função de impulsionar a liberalização do comércio internacional e combater as políticas protecionistas.

² Além dos países fundadores (Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas e Tailândia), passaram a fazer parte da ASEAN, Brunei em 1984, Vietnam em 1995, Lao e Mianmar em 1997 e Camboja em 1999.

do aprofundamento da integração da CEE, que avança para uma união monetária. Neste momento que a Zona de Livre Comércio da ASEAN (AFTA) passou a ser discutida, em 1992. Ela propunha aumentar a integração entre os países do bloco, a fim de dinamizar a economia e desenvolver a competitividade da região. Para Hentte (1999), a primeira onda era focada apenas nas relações comerciais, já a segunda era uma forma de integração multidimensional que incluía aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, além de ampliar o livre comércio regional a as alianças de segurança.

Desde o início desta segunda onda de projetos de integração regional, discute-se a relação entre globalização e regionalização, sobre a qual havia duas interpretações antagônicas: alguns observadores viam nesses projetos um fortalecimento da ordem comercial multilateral e, inclusive, um elemento fundamental para o estabelecimento de uma ordem econômica global. Outros interpretavam o regionalismo como uma tendência que poderia levar ao desmantelamento da OMC e viam naquele o grande obstáculo para o desenvolvimento de uma ordem comercial mundial moldada pelo livre comércio (FLECK, 2011, p. 22).

No continente asiático, essa segunda etapa surge como uma resposta à integração desenvolvida em outros países e setores econômicos (SEGURA, 2006). Novos temas são trazidos à mesa de negociações, tais como, a segurança regional, iniciativas não governamentais e proliferam-se propostas em âmbito econômico na região. Três processos de integração regional são criados nesse ínterim- a APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico)³ o *East Asia Economic Group*⁴ e a Área de Livre Comércio da ASEAN.

Já na terceira onda do regionalismo, após a crise financeira de 1997, está ocorrendo uma expansão de acordos preferenciais de comércio, sendo a maioria bilateral (BACELETTE, 2012). Segundo Miyazaki (2005), os principais fatores que explicam esse fenômeno conhecido por Novo Regionalismo Asiático são o descontentamento com os organismos internacionais de caráter multilateral, o alargamento das áreas de comércio preferencial no mundo, a competição cada vez mais acirrada na região e a crise asiática de 1997. De acordo com Gill & Kharas (2007), o comércio intra-regional seria uma consequência do fato de que as economias dos países do Leste Asiático são consideradas das mais abertas e que mais

³ A APEC foi lançada em conjunto por Austrália e Japão em 1989 com o incentivo dos Estados Unidos. É um grupo de 21 governos da região do pacífico. As medidas são tomadas por consenso e os compromissos acertados não são vinculantes. Foi criada com a intenção de facilitar o crescimento regional, a cooperação, o comércio e os investimentos. Com a entrada da China (China, Taiwan e Hong Kong) em 1991, seu peso regional aumentou. É uma um meio pelo qual os Estados Unidos tentam interferir nos assuntos asiáticos. Sua efetividade é questionada, pois a realização dos objetivos depende de ações nacionais e não há um calendário comum nem mecanismos obrigatórios vigentes (MIYAZAKI, 1996).

⁴ O *East Asia Economic Group* surgiu de uma iniciativa da Malásia em 1990 frente ao impasse da Rodada Uruguai do GATT. Concretizou-se como um grupo consultivo para a discussão de temas econômicos de interesse comum e como meio de unir forças em diálogos internacionais (BROCHIER, 2009).

crecem. Os acordos regionais formais teriam se proliferado recentemente, como resultado das mudanças no comércio da região.

O fracasso da Rodada do Milênio da OMC de 1999, em relação a não disposição dos países desenvolvidos a abrirem seus mercados aos países asiáticos resultou na intensificação do regionalismo asiático. É nesse período que surge a ASEAN+3 (China, Japão e Coreia do Sul) como meio de oferecer uma visão de grupo e explorar ideais cooperativas, a fim de adensar a integração econômica (SEGURA, 2006). Acordos bilaterais se multiplicam na a partir da segunda etapa do regionalismo, como exemplo, o Acordo de Livre Comércio China-ASEAN.

O presente trabalho irá discorrer sobre os três momentos do regionalismo, tanto a nível global quanto local na Ásia. O objetivo é constatar se o Acordo de Livre Comércio firmado em 2002 entre a China e a Associação se enquadra nas características do Novo Regionalismo de acordo com a visão de Miyazaki (2005). Segundo o autor, essa onda de acordos regionais teria se intensificado por: (a) a crise financeira asiática em 1997; (b) perda de confiança nos órgãos multilaterais de comércio; (c) ampliação das áreas preferenciais de comércio; e (d) aumento da competição comercial na Ásia. Para identificar se sua tese se enquadra na iniciativa do Acordo de Livre Comércio entre a ASEAN e a China, o texto se divide em dois grandes capítulos. No capítulo seguinte serão abordadas as três ondas do regionalismo, sendo elas, logo após a Segunda Guerra Mundial, o chamado Regionalismo Aberto na sequencia e por fim o atual Novo Regionalismo. O quarto capítulo trará o histórico da ASEAN e descreverá o Acordo de Livre Comércio entre ela e a China para, então, concluir se suas características se relacionam com as da fase corrente do regionalismo asiático.

2. HISTÓRICO DO REGIONALISMO

O presente capítulo abordará as características do regionalismo, dividindo em três grandes etapas- logo após a Segunda Grande Guerra até a década de 1980, o Regionalismo Aberto, desde o final dos anos 80 até a crise financeira asiática de 1997, e na sequência o Novo Regionalismo, vigente até o momento.

2.1 REGIONALISMO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Durante a Guerra Fria, a Europa estava devastada por conta dos efeitos da guerra, de modo que a integração entre os países passou a ser almejada com o intuito de evitar que os conflitos se repetissem. As divergências entre França e Alemanha foram deixadas de lado para promoção da integração do continente. “A discussão acerca dos interesses comuns precisava ser estimulada com o objetivo final de coordenação das políticas econômicas e sociais” (RINALDI; MACHADO, 2014, p.37).

O regionalismo europeu foi apoiado pelos Estados Unidos como forma de conter a ameaça soviética. Em 1952, foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e, em 1957, o Tratado de Roma levou a criação da Comunidade Econômica Europeia. A CEE almejava melhorar a condição de vida ao apoiar um Estado de bem-estar social e aumentar a competitividade da indústria europeia. O Sistema Monetário europeu foi criado em 1978 e estabeleceu um sistema de taxas de câmbio relativamente fixas entre as moedas europeias. O principal objetivo era proteger a Europa Ocidental das políticas econômicas estadunidenses e das drásticas oscilações do valor do dólar (GILPIN, 2004).

Iniciativas para a criação de cooperação e integração da região da Ásia-Pacífico surgiram na década de 1960 com o desenvolvimento de instituições internacionais, como a ASEAN. Os países que mais incentivavam a integração eram Japão e Austrália. Uma das primeiras iniciativas para o processo de integração econômica na Ásia, de acordo com Miyazaki (1996) foi a proposta do Partido Liberal Democrata do Japão em 1960 de se criar

uma organização pan-pacífica. A intenção era desenvolver o pan-asianismo e consolidar o Japão como líder regional.

Em 1965 ocorreu a primeira conferência promovida pela *Japan Economic and Research Center* que propunha discutir as relações econômicas, transporte, comunicações e intercâmbio cultural entre Austrália, Canadá, Estados Unidos, Japão e Nova Zelândia. Nela foi proposta a criação da *Pacific Free Trade Area*, em que se estabeleceria uma área de livre comércio entre os cinco países.

O setor empresarial também tomou iniciativa para a integração regional. Ele realizou estudos e criou fóruns para discutir sobre o comércio exterior e sobre investimentos na região. “Em 1967, num encontro do *Japan-Australia Business Cooperation Cometeet*, foi criado o *Pacific Basin Economics Concil*, que viria a ser uma organização que congrega o empresariado com aquele intuito” (MIYAZAKI, 1996, p. 131).

No âmbito acadêmico, a primeira reunião da *Pacific Trade and Development* ocorreu em 1968 tendo como intenção aprofundar as pesquisas referentes às relações econômicas da região e vislumbrar no futuro uma efetiva cooperação no Pacífico Asiático. A pauta de discussões girou em torno de recursos energéticos e cooperação econômica, tendo a redução de tarifas ficado em segundo plano.

Se dos anos 60 ao início dos anos 80 as iniciativas eram de cunho acadêmico e empresarial, com maior ou menor grau de apoio político, e formação de órgãos que estudam e discutem a realização da promoção econômica da região, o final dos anos 80 e início dos anos 90 se revestem de duas propostas de integração: a criação da APEC e a de integração somente com países asiáticos com maior cunho político do que econômico” (MIYAZAKI, 1996, p. 132).

A ASEAN surgiu em 1967, formada por Cingapura, Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas. A economia da região enfrentava dificuldade, pois a tradição colonial ainda era vigente, não havia financiamento externo nem poupança interna, a produtividade era baixa, a taxa de desemprego estava elevada, as relações inter-regionais eram pouco dinâmicas e a dependência dos EUA e do Japão imperava (SEGURA, 2006). A instabilidade política causada por insurgências internas deixava a região abalada. Algumas mudanças políticas permitiram que a cooperação fosse pensada como possível- mudança no governo da Indonésia e, por conseguinte, fim da confrontação com a Malásia, independência de Cingapura e saída do exército britânico do território malaio.

2.2 REGIONALISMO ABERTO

Durante as décadas de 1980 e início de 1990, a integração asiática era distinta da que se estabelecia na Europa, por exemplo, pois não existia uma hegemonia clara na região, e sim três principais potências com influência na região- EUA, Japão e China- com interesses distintos. O que se estabeleceu na região foi chamado de regionalismo aberto, uma vez que não havia uma estrutura política efetiva, as forças econômicas exerciam papel predominante na integração e o número de acordos com países fora da região cresceu significativamente. Apesar de não dispor de barreiras regionais de comércio ou investimento, os países individualmente considerados ainda apresentavam dificuldades elevadas tanto para importações quanto para investimentos estrangeiros (GILPIN, 2004).

As tentativas do Japão de liderar a integração econômica na Ásia foram cruciais para o desenvolvimento da economia regional. De acordo com Gilpin (2004), a dinâmica da região deve ser analisada a partir da *reasianização* da economia japonesa. O Japão, a partir de 1980, tem incentivado a industrialização da região através dos investimentos direto externo, principalmente no sul da China.

Em 1985, com o Acordo de Plaza⁵, a moeda japonesa sofreu uma forte valorização de cerca de 30% em relação ao dólar, devido às pressões estadunidenses. As consequências foram determinantes para a integração regional, pois a cotação alta do iene diminuiu a competitividade internacional das exportações japonesas, no entanto, aumentou o valor dos ativos financeiros transformando o Japão em uma potência financeira. O resultado foi o estímulo ao investimento japonês na região.

“O processo de transbordamento da produção japonesa para os países do entorno foi determinado, principalmente, por forças locais, devido à elevação de custos na matriz, em função de vários fatores, entre os quais se destacam: incremento dos salários; custos energéticos e de implementação de plantas crescentes; além da perda de competitividade das exportações japonesas devido à apreciação do iene, em dois períodos denominados *Endaka* (iene valorizado), no início da década de 1970 – em função do Acordo Smithsonian de 1971 – e em meados da década de 1980 – decorrente dos Acordos de Plaza em 1985 – que ajustaram a taxa de câmbio japonesa, anteriormente fixada em padrões que favoreciam as exportações, fazendo-a flutuar e sofrer forte valorização” (Ravenhill, 2012, p. 192).

⁵ “O Acordo de Plaza foi uma negociação entre os governos do G-5 (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França) para estabelecer coordenação multilateral a fim de reduzir as crescentes pressões protecionistas que poderiam levar a uma retaliação mutuamente destrutiva, com graves danos para a economia mundial” (FIESP, 2011, p. 2).

Para superar os problemas de competitividade decorrentes da valorização cambial, a alternativa japonesa se voltou para a Ásia. “A estratégia asiática do Japão exigia um empenho bem coordenado da elite governante no sentido de usar os gigantes recursos de capital e a superior tecnologia do país para criar no Leste Asiático uma economia integrada com a economia interna japonesa e por ela dominada” (GILPIN, 2004, p. 358). Dessa forma, o Japão pretendia reforçar sua liderança na região e diminuir sua dependência em relação aos Estados Unidos. As redes asiáticas de produção ajudaram as empresas japonesas a manter sua participação nos mercados ocidentais apesar da valorização do iene.

Os IEDs dos *Keiretsu* (grupos industriais japoneses) têm sido a principal forma de expansão econômica japonesa no Leste Asiático e a de aumentar sua influência na região. Primeiramente, os investimentos japoneses se direcionaram para as economias mais avançadas, tais como Coreia do Sul e Hong Kong, mais tarde para as outras áreas, como a China continental. Já na década de 1990, o Japão tornou-se o maior fornecedor de IED da região, a Ásia do Pacífico superou os EUA como o maior mercado para as exportações japonesas e o Japão o ultrapassou como principal parceiro comercial na região.

“As empresas multinacionais japonesas e a ajuda externa oficial japonesa vêm exercendo profundo impacto nos padrões comerciais, nos fluxos de investimentos e na interdependência financeira na região da Ásia do Pacífico. Em particular, as multinacionais japonesas, com o forte apoio do Estado, criaram alianças regionais de produção integradas por empresas japonesas, subsidiárias japonesas sediadas em toda a região e empresas locais subordinadas, e essas redes regionais de produção têm sido utilizadas como plataforma de exportação para as empresas japonesas na crescente competição pelos mercados mundiais” (GILPIN, 2004, p.362).

A estratégia econômica japonesa reduziu seus custos de exportações e aumentou sua competitividade internacional, uma vez que criou um sistema regional de produção verticalizado ao incorporar os Estados à divisão de internacional de trabalho, em que as matrizes japonesas produziam componentes de alta tecnologia enquanto suas subsidiárias produziam produtos de baixo valor agregado.

Em 1991, o Japão aumentou substancialmente seu suporte financeiro à Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD). Destinou aproximadamente 4,5 bilhões de dólares americanos do seu orçamento para auxiliar seis países da região, ao mesmo tempo em que os EUA destinaram apenas 342 milhões de dólares a dois países. Essa ajuda se direcionou a projetos de infraestrutura, a fim de consolidar a expansão industrial japonesa na região. Assim, a AOD foi reformulada para promover os interesses japoneses no leste asiático (GILPIN, 2004).

“Através dos investimentos, de suas políticas comerciais e ajuda externa, o Japão tem transferido para o Leste Asiático a fórmula que adotou no pós-guerra para promover o crescimento impulsionado pelas exportações, uma estratégia de desenvolvimento baseada na ascensão tecnológica e numa política de apoio às indústrias nascentes” (GILPIN, 2004, p.369).

Nesse momento, praticamente não existiam instituições que regulassem esse regionalismo, uma vez que havia um número reduzido de organismos intergovernamentais e esses ainda contavam com um baixo grau de institucionalização e com pouca vinculação jurídica. A maioria das iniciativas de integrar o sudeste asiático era incipiente, pois não havia uma liderança clara (BACELETTE, 2012).

A APEC, criada em 1989, contou com forte estímulo do Japão no início, pois esse tinha a intenção de criar um espaço político para discutir a crescente interdependência econômica estabelecida pós-*endakas*. Ela não foi uma iniciativa unicamente asiática, pois era composta por países como EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Foi criada com o intuito de aumentar o poder de barganha da região em negociações de comércio internacionais. A Cooperação tinha a pretensão de criar uma área de livre comércio até 1994, a qual abarcaria 40% da população mundial e 54% do PIB do mundo. Entretanto, a proposta não foi realizada, pois os interesses dos membros eram conflituosos- Austrália e EUA tinham potencial agroexportador enquanto outros tinham problemas internos na produção agrícola- e a economia japonesa enfrentava uma grande recessão (HYUN-SEOK, 2003). Os Estados Unidos, segundo Gilpin (2004), viram na criação da APEC uma oportunidade para pressionar os mercados emergentes da Ásia para abrirem suas economias aos produtos norte-americanos e para aumentarem seu poder de barganha na Rodada Uruguai.

Devido às divergências políticas e econômicas na APEC, a integração asiática se direcionou para a ASEAN. De acordo com Gilpin (2004), a APEC enfraqueceu-se em 1998, em meio aos desdobramentos da crise asiática, quando os EUA abandonaram a tentativa de criar uma área de livre comércio através da organização. Foi criado, em 1999, a ASEAN + 3, integrando a China, o Japão e a Coreia do Sul, para promover a integração entre os grandes países asiáticos. A APEC, atualmente, é responsável apenas por promover a facilitação do comércio entre os membros, eliminando a burocracia e incentivando a cooperação técnica e o intercâmbio de melhores práticas.

2.3 NOVO REGIONALISMO

O Novo Regionalismo na Ásia, a partir do final do século XX, é caracterizado pela intensificação de acordos preferenciais de comércio, sendo a maioria bilateral. Fleck (2011) aponta que países em desenvolvimento optam por acordos bilaterais com países industrializados com o intuito de obter vantagens que não seriam concedidas a um grupo maior. “As principais causas desse fenômeno foram a crise asiática, a perda de credibilidade de organismos regionais e do sistema multilateral de comércio, a ampliação de áreas preferenciais de comércio em outras regiões do mundo e a competição entre os países da região” (MYAZAKY, 2005, p. 114).

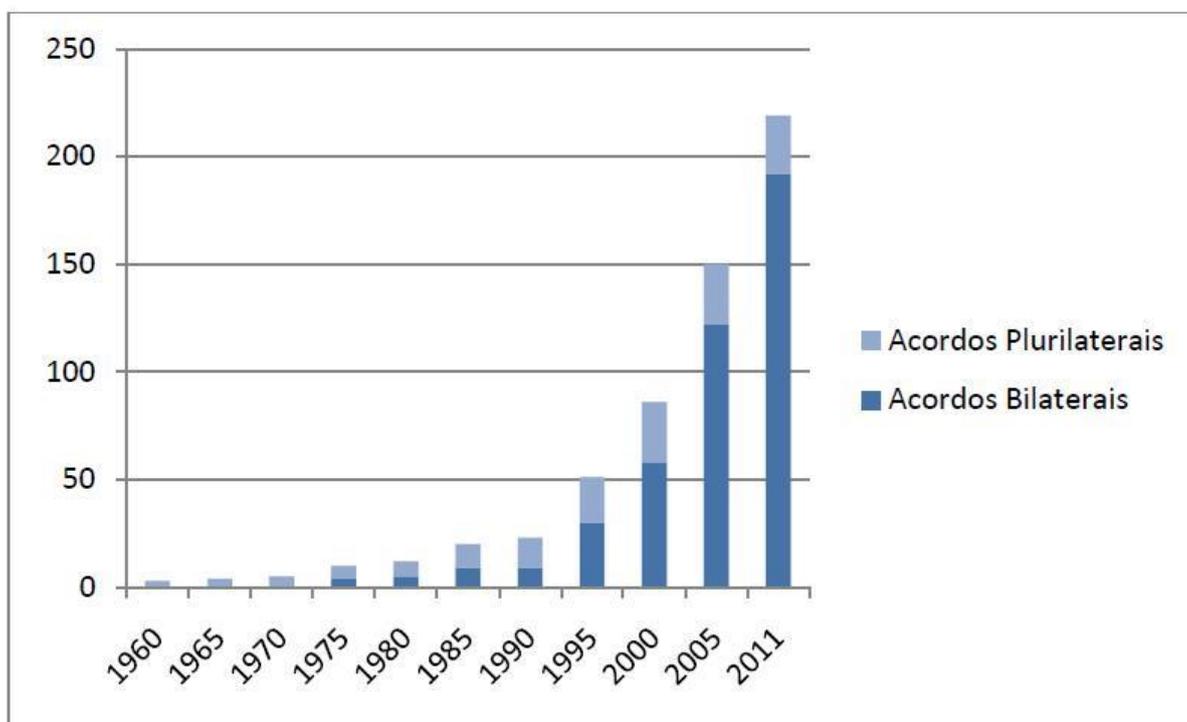
A crise financeira asiática de 1997 se iniciou na Tailândia e se espalhou pelos outros países da região rapidamente. A desconfiança que se instaurou na economia da região foi muito grande e aprofundou a crise. O apoio dos órgãos econômicos internacionais, como FMI, foi irrisório dado o tamanho e as características do momento. Os países asiáticos se ressentiram com a falta de apoio por parte dos países desenvolvidos e se voltaram para o fortalecimento interno da região como meio de superar a crise. O regionalismo foi uma solução encontrada para os problemas econômicos e continuou após a crise a fim de evitá-la novamente, segundo Myazaky (2005).

A APEC, como meio para liberalizar o comércio na região, estava perdendo a credibilidade, pois a variedade de membros aumentou, assim como a diversidade da agenda a ser discutida. Dessa forma, as dificuldades para encontrar um ponto comum cresceram. Após o fracasso, em 1998, da *Early Voluntary Sector Liberalisation*- proposta para a abertura de alguns setores comerciais antes do prazo estabelecido- o órgão perdeu foco na liberalização comercial (MYAZAKY, 2005). Atualmente, as reuniões da APEC são mais voltadas para os aspectos políticos entre membros.

A perda de credibilidade nos organismos multilaterais de comércio foi afetada com a reunião da OMC de 1999 em Seattle. Países, como Japão e Coreia do Sul, que tinham apenas esses órgãos para resolver suas pendências de comércio saíram desacreditados. Os países em desenvolvimento questionaram os resultados da Rodada do Uruguai, uma vez que alegam terem recebido menos benefícios do que o necessário, causando, portanto, maior desequilíbrio entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Mesmo com a atual Rodada Doha, há uma desconfiança em relação ao alcance do sistema multilateral de comércio, haja vista os

impasses que até hoje impedem seu fechamento. Resultado disso são os caminhos alternativos tomados pelos países asiáticos, como a ASEAN+3 e o acordo entre a ASEAN e a China.

Gráfico 1: Quantidade de Acordos Regionais de Comércio por Tipo de Acordo



Fonte: FLECK, 2011.

Os acordos bilaterais são desenvolvidos em paralelo aos regionais e multilaterais numa tentativa de firmar acordos comerciais independentes e mais fundamentados nos interesses nacionais. Como se pode notar no Gráfico 1, os ALCs bilaterais aumentaram consideravelmente no período do Novo Regionalismo. O sistema multilateral é visto como lento no processo de avanço de liberalização comercial (MYAZAKY, 2005).

Deve-se notar que estão sendo implementados não somente acordos bilaterais intra-regionais, mas também inter-regionais, com parceiros que trariam benefícios razoáveis ou com aqueles cujos obstáculos interpostos seriam suficientemente pequenos para superar as resistências domésticas. Com esses acordos inter-regionais, os países asiáticos estão tentando não apenas superar discriminações em outras regiões, como também realçar sua força nas negociações multilaterais, uma vez que há expectativa de que em uma próxima rodada de negociações da OMC haverá reduções nas margens de preferências dos acordos de comércio (MUNAKATA, 2002, p.18).

A disputa pela liderança regional também incentiva a negociação de acordos comerciais, na medida em que é um meio para fortalecer as relações com outros países e organismos, como a ASEAN. Os tratados bilaterais são, muitas vezes, reativos, pois são negociados após algum vizinho estabelecer uma parceria comercial (MYAZAKY, 2005). O tratado entre os chineses e os membros da ASEAN é um grande exemplo dessa disputa, visto que a China pretende ser uma referência regional, mas com cautela para não criar conflitos desnecessários com os países da região.

A forma como o regionalismo é posto em prática mudou nas últimas décadas, pois está em constante adaptação ao sistema político e econômico internacional. Quando a restauração econômica deixa de ser o foco, o crescimento e desenvolvimento passam a ser a pauta principal da agenda dos Estados. No capítulo seguinte, serão descritos o histórico da ASEAN e seu FTA com a China, país em crescimento acelerado na região, comparando-o com a fase vigente do regionalismo na Ásia.

3. NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO: O ACORDO CHINA-ASEAN

As motivações dos países para firmarem acordos econômicos são tanto econômicas, quanto políticas. No caso do acordo de livre comércio entre ASEAN e China, firmado em 2002, essa desejava manter uma relação amigável com os países da região a fim de construir uma geopolítica favorável na região ao passo que contrabalançava a influência do Japão, EUA e Taiwan (YUE, 2006). A China também tem em mente o acesso aos recursos naturais, especialmente o petróleo, e o enorme mercado consumidor dos países membros da associação.

Em contrapartida, os interesses da ASEAN ao firmar o CAFTA (*China ASEAN Free Trade Area*) são o de aproveitar o crescimento econômico da China para aumentar as exportações e também crescer, atrair maior investimento, tirar vantagem do crescimento do turismo chinês e do da região como um todo e a entrada da China na OMC assegura uma relação comercial baseada em regras internacionais. Essa relação pode diminuir a dependência de outros países ocidentais (YUE, 2006).

No presente capítulo, será apresentado o histórico da ASEAN e seu desenvolvimento com o passar dos anos. O propósito é analisar o acordo de livre comércio entre a China e a Associação para identificar se enquadra-se na visão de Myazaki, apresentada anteriormente.

3.1 O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO CHINA-ASEAN

3.1.1 Histórico da ASEAN

A ASEAN foi fundada em 1967 em Bangkok, Tailândia, através da assinatura da Declaração de Bangkok⁶. Os Estados fundadores foram Indonésia, Malásia, Cingapura,

⁶ A Declaração de Bangkok é o tratado constituinte da ASEAN. Foi assinado em 8 de agosto de 1967 em Bangkok, Tailândia.

Filipinas e Tailândia, aliados dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Em 1984, Brunei se uniu ao grupo e, nos anos 1990, Vietnam, Lao, Mianmar, Camboja passaram a integrar a Associação para cooperação na Ásia (ASEAN Secretariat, 2014). Se abrindo, assim, para países socialistas. Essa integração conta com dez parceiros- Austrália, Canadá, China, Índia, Japão, Rússia, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Estados Unidos da América e União Europeia.

Figura 1: Países Membros da ASEAN.



Fonte: ENVINAT-AC.

Os objetivos que norteiam a integração, segundo consta na Declaração de Bagkok, são- acelerar o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural na região; promover a paz regional e a estabilidade através do respeito à Carta das Nações Unidas; promover colaboração e assistência mútua nos setores, econômico, social, cultural, técnico, científico e administrativo; conceder assistência nos campos de pesquisa; colaborar para a máxima utilização da agricultura e da indústria, para a expansão do comércio, para a melhora nos meios de transporte e comunicações e para o aumento na qualidade de vida das

populações; promover o estudo sobre o Sudeste asiático; e manter cooperação com organizações intra e extra regionais que partilhem os mesmos propósitos.

Os princípios que regulam a relação entre os países membros estão dispostos no Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (TAC) de 1976. São eles: respeito mútuo pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e identidade nacional de todas as nações; o direito de cada Estado conduzir sua política nacional livre de qualquer interferência externa, supervisão ou coerção; resolução pacífica de disputas ou diferenças; renúncia ao uso da força; e cooperação efetiva entre todos.

Em 1994, o Fórum Regional da ASEAN (ARF) foi criado para servir de instrumento de diplomacia defensiva e de resolução de conflitos. A segurança regional é discutida multilateralmente com mais de dez países interessados na Bacia do Pacífico (LEAL, 2007).

A Carta da ASEAN foi assinada em 2007 para ser um meio a fim de se alcançar a Comunidade da ASEAN, um mercado comum no sudeste asiático, uma vez que os acordos passam a ser vinculativos, o que concede status legal e institucional e à integração. Os dez países membros se comprometeram a eliminar barreiras comerciais com o objetivo de desenvolver os mercados. O documento também prevê regulações sobre o meio ambiente de acordo com o Protocolo de Quioto e respeito aos direitos humanos (LUSA, 2007).

O modo de cooperação regional da ASEAN ficou conhecido como *ASEAN Way* é uma “fórmula de socialização versus institucionalização” (DAVID; EVANS, 2003, p.45). Sua origem se deve às complexas problemáticas dos Estados membros e sua recente trajetória como independentes.

De acordo com Segura (2006), as principais características dessa forma particular de integração são o minimalismo organizativo, em que se desenvolve uma estrutura extremamente flexível e informal com a assinatura da Declaração de Bangkok- sem força jurídica. O consenso como meio de tomar decisões foi preferido frente aos meios jurídicos. Instituiu-se uma prática diplomática que se baseia na tolerância e na socialização, assim, o princípio de não ingerência nos assuntos internos impede qualquer posicionamento político da organização sobre um tema nacional e a interação favorece o compartilhamento de ideias e de expectativas de comportamento entre todos. E, por último, a solução pacífica das controvérsias, que atua como contenção dos conflitos territoriais existentes.

Com o passar do tempo, a organização vem se desenvolvendo e amadurecendo em vários aspectos, como a informalidade jurídica, visto que o plano para 2020 é formar uma Comunidade Econômica inspirada na União Europeia, ou seja, com representatividade jurídica do grupo como um todo.

O processo da ASEAN + 3 iniciou em 1997 na Cúpula do órgão em Kuala Lumpur, Malásia. Essa união entre a ASEAN e a China, a Coreia do Sul e o Japão se deve à crescente regionalização econômica, à crise de alguns projetos asiáticos e ao maior sentido de identidade regional (BUSTELO, 2006).

A regionalização econômica se acentuou na década de 1990 e levou a uma maior integração econômica na Ásia que se constituiu na ausência de mecanismos institucionais. Houve, portanto, o aprofundamento da regionalização comercial e produtiva- integração coordenada pelo mercado sem responsabilidade dos governos. A heterogeneidade das economias da ASEAN é enorme, o que reflete na disparidade de objetivos como grupo. O fracasso em atuar em conjunto e não como competidores gerou uma crise na ASEAN. O também fracasso da APEC, devido, principalmente, às divergências de interesses estadunidenses, que desejavam a abertura comercial, e asiáticos, que queriam proteger suas economias do livre comércio, acarretou na união da ASEAN com os três grandes asiáticos (BARFIELD, 2013). E o crescimento da economia da região nos últimos anos aflorou o sentimento de identidade regional, também influenciado pela consolidação de outros blocos regionais, pelo lento progresso das negociações multilaterais no âmbito da OMC, pelo ressentimento perante o descaso demonstrado pelo FMI durante a crise e pelo crescimento econômico chinês que aparece como ameaça ao mesmo tempo em que como oportunidade.

Formalizado em 1999 como fórum de coordenação útil, a ASEAN + 3 já estabeleceu a direção da cooperação através dos relatórios do Grupo de Visão do Leste Asiático (EAVG) de 2001 e do Grupo de Estudos do Leste Asiático (EASG) de 2002 (BROCHIER, 2009). Nesse último, são estabelecidas medidas de longo, médio e curto prazo em direção à cooperação econômica. O EAGV estabeleceu objetivos para cooperação financeira, tais quais, mecanismos e autoajuda regional, de coordenação da taxa de câmbio e de fiscalização regional para complementar a do FMI. Também propôs a criação de uma Comunidade do Leste Asiático, sob os seguintes preceitos:

“o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio do Leste Asiático (EAFTA) e a liberalização do comércio bem a frente dos objetivos da APEC; a expansão de um acordo base para a Área de Investimento da ASEAN para todo o Leste Asiático; a promoção do desenvolvimento e da cooperação tecnológica entre os países da região para fornecer assistência àqueles menos desenvolvidos; e a realização de uma economia baseada no conhecimento e o estabelecimento de uma estrutura econômica orientada para o futuro” (BROCHIER, 2009, p.55).

Atualmente, são 48 os mecanismos sob a supervisão da ASEAN + 3 tratando de diversos temas- cooperação econômica, monetária, financeira, política e de segurança, tecnologias de informação e comunicação, meio ambiente, energia, agricultura e turismo.

O *Economic Review and Policy Dialogue* foi criado em 2002 para compartilhamento de informações, diálogo político e fiscalização econômica (KAWAI, 2005). O intuito desse mecanismo é fortalecer nos âmbitos financeiro, monetário e fiscal essas atividades a partir do interesse comum entre todos os membros. O principal foco do diálogo é o monitoramento da economia regional e global e das economias individuais e o controle do risco do sistema financeiro e das condições de financiamento.

No âmbito da ASEAN + 3 foi criado, em 1999, um processo de fiscalização que realiza reuniões duas vezes a cada ano. Já em 2002, foi desenvolvido um “sistema de avisos” (*early warning system*), auxiliado pelo Banco de Desenvolvimento Asiático na detecção de vulnerabilidades do sistema macroeconômico, financeiro e empresarial, a fim de prevenir crises futura (RANA, 2006).

O instrumento de fiscalização da ASEAN consiste em relatórios confidenciais e sessões de discussão, enquanto que o da ASEAN + 3 é um mecanismo mais informal e interativo que conta com maior participação. De acordo com Soesastro (2006), o processo de fiscalização da ASEAN foi a primeira vez que os membros aceitaram tecer comentários sobre as questões internas dos outros países.

A ASEAN +6, também conhecida como *East Asia Summit* (EAS), surgiu em 2004 em paralelo à ASEAN +3, uma vez que alguns países membros do bloco se opuseram à proposta. O objetivo primordial era diluir o poder econômico e político chinês através de acordos com outras potências (BROCHIER, 2009). Compõem o grupo, além da ASEAN +3, Índia, Indonésia e Austrália.

A parceria foi desenvolvida tanto por fatores internacionais como regionais. Com a virada do século, ocorreram mudanças expressivas na região que desencadearam a proposta de aderir novos parceiros para a Associação. O crescimento do interesse de consolidar a integração regional, a ascensão da China econômica e politicamente, o envolvimento do Leste Asiático com as economias Índia, Austrália e Nova Zelândia e o desenvolvimento de organizações regionais de integração tornaram desejável expandir as frentes da integração regional (URATA, 2008).

Segundo Wan (2008), o interesse japonês é ampliar as iniciativas regionais de integração para países fora do Leste Asiático, como exemplo, os EUA, por considerar mais relevante para sua economia. Também deseja diminuir o poderio da China na região para se

auto afirmar líder regional. “No curto prazo, não se deve esperar muito da EAS, pois ela despertou as cisões e rivalidades que ainda existem na região, apesar de visar à construção de uma comunidade na região” (SOESASTRO, 2006, p. 42).

3.1.2 Área de Livre Comércio da ASEAN

A proposta para a área de livre comércio da ASEAN iniciou em 1992, mas o tema foi discutido efetivamente apenas na Cúpula de 2001, a assinatura na de 2002 e a implementação a partir de 2003. O contexto dos anos 1980 colaboraram para o surgimento do AFTA, como exemplo, a recessão econômica no comércio internacional, a redução de transferência de capital sentido Norte- Sul e, como consequência, o fortalecimento das instituições internacionais de crédito e o aumento de sua influência no mercado interno como contraponto a concessão de empréstimos. Os países passaram a adotar políticas mais favoráveis aos IEDs como uma forma de atrair capital externo para continuar o processo de industrialização (POLIDO, 2008).

Na mesma época, o Japão estava em ritmo acelerado de crescimento econômico proporcionado pela valorização do iene. Isso e o medo generalizado em relação ao possível protecionismo estadunidense e europeu aumentaram os investimentos externos direto do Japão em média 62 % ao ano entre 1985 e 1989. Junto com o aumento de IEDs dos Novos Países Industrializados na região, a porcentagem do IED no PIB quadruplicou e no capital doméstico triplicou (BOWLES, 1997).

A partir do final de 1980, a competitividade se tornou gritante, por exemplo, o crescimento econômico chinês que já demonstrava potencial, a desintegração da antiga URSS e a criação do NAFTA. Portanto, ficou evidente para a ASEAN a necessidade de aumentar sua competitividade em escala global. O AFTA surgiu como uma resposta às mudanças externas e ao medo da diversificação de investimentos

3.2 ACORDO CHINA-ASEAN

A partir da década de 1990, a China passa por uma mudança em relação a sua política externa, se tornando mais flexível em negociações bilaterais, pois tinha a intenção de reconstruir a sua imagem, promover seus interesses econômicos, aumentar sua segurança e limitar a influência norte-americana e japonesa na Ásia como um todo (LEAL, 2007). A partir desse período, estabeleceu relações diplomáticas com mais de quinze países, estando os EUA e os países da antiga URSS entre eles. A iniciativa de estabelecer relações com blocos de cooperação regional se deu como meio para sustentar essa transformação chinesa. De modo que a competição regional do Novo Regionalismo foi um dos fatores propulsores da iniciativa chinesa de integração.

Os interesses da China com a ASEAN são de cunho político-econômico, uma vez que visam a criar um laço de cooperação e confiança mútua tendo em vista as disputas territoriais já travadas, podendo, assim, assumir o papel de líder econômico regional e agigantar seu mercado consumidor. A associação dos chineses com os países membros cria um mercado com mais de dois bilhões de pessoas com um PIB de cerca de dois bilhões de dólares. De acordo com Leal (2007), a partir de 2003, o comércio bilateral entre a China e o Sudeste Asiático cresceu 55%.

Em novembro de 2000, o então primeiro ministro chinês Zhu Rongji propôs a criação de um Acordo de Livre Comércio entre a China e a ASEAN (CAFTA). Sua intenção era estreitar a relação de cooperação no Leste Asiático em longo prazo como meio de garantir competitividade tendo em vista a crise asiática de 1997 e a crescente capacidade de produção do país. As intenções dos membros da ASEAN eram aumentar seu poder de barganha internacional frente à rigidez dos organismos multilaterais do comércio, obter alguma parcela do crescimento doméstico chinês e ser uma forma de intensificar sua própria integração comercial (AFTA) e com outros países, como Japão e EUA, ampliando, assim, suas áreas preferencias de comércio no mundo (WANG, 2005). Ambas as partes almejam construir parcerias alternativas para impulsionar o crescimento econômico.

Em 2003, três documentos decisivos para a relação China-ASEAN foram assinados- o Tratado de Amizade, através do qual os países se comprometem a estabelecer uma relação mútua amigável; o Acordo *Early Harvest*, que concede tratamento favorável de alguns produtos, principalmente agrícolas, a determinados países; e a Parceria Estratégica China-

ASEAN, que reforça cooperação na área de segurança regional, sendo não- alinhada, não-militar e não exclusiva.

Foi criado, em 2001, o *China-ASEAN Experts Group on Economic Co-operation* (“*Experts Group*”) para estudar a possibilidade de criação dessa enorme área de livre comércio. O grupo aconselhou a criação da Área de Livre Comércio China-ASEAN dentro de dez anos com o consentimento da OMC.

A criação da área de livre comércio entre a China e a ASEAN irá criar uma região econômica com 1,7 bilhões de consumidores, um PIB regional de dois trilhões de dólares e o comércio estimado em 1,23 trilhões de dólares. A retirada de barreiras entre a ASEAN e a China irá diminuir os custos, aumentar o comércio inter-regional e estimular a eficiência econômica. A ALC China-ASEAN criará um senso de comunidade e irá prover um importante mecanismo de suporte à estabilidade econômica no Leste Asiático, permitindo, assim, que tanto a ASEAN como a China tenham maior poder no comércio internacional (Tradução livre, WANG, 2005, p. 45).

O *Experts Group* também recomendou que a China e ASEAN adotassem conjuntamente uma forma de lidar com a economia, tendo em vista a crise financeira de 1997, visando à cooperação e o estreitamento de laços no século XXI. Na sétima cúpula China-ASEAN, em 2001, foram reforçadas as ideias do *Experts Group* e se iniciaram as negociações. Na oitava, em 2002, foi assinado o *Framework Agreement on the Comprehensive Economic Co-operation between ASEAN and China* (FA), que passaria a vigorar em julho de 2003 e fornece uma base para a assinatura da ALC em 2010 para os pioneiros da ASEAN- Brunei, Malásia, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Cingapura- e em 2015 para os novos admitidos- Laos, Camboja, Vietnã e Mianmar (HUFBAUER, WONG, 2005). O FA representa a primeira iniciativa da ALC de ambos as partes a desenvolver acordos de livre comércio com países estrangeiros.

Com a intenção de pôr em prática o CAFTA em 2010, as partes do FA concordaram em estreitar os laços de cooperação através da “liberalização progressiva do comércio de bens e serviços assim como criar um regime de investimento transparente, liberal e acessível” (WANG, 2005, p.25). Isso significa que a CAFTA irá cobrir acordos tanto na área de comércio de bens e serviços e como na de investimentos.

Wang (2005) cita algumas medidas específicas implementadas paulatinamente ao longo do tempo que levariam à ALC China-ASEAN: (1) eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias em todo o comércio de bens; (2) liberalização do comércio de serviços cobrindo parte substancial do setor; (3) criação de um regime de investimento aberto e competitivo que facilite e promova o investimento no CAFTA; (4) tratamento diferencial e flexível aos mais

novos membros da ASEAN; (5) negociações flexíveis que permitam às partes do ALC respeitarem os setores sensíveis de todos a fim de garantir reciprocidade e benefícios mútuos; (6) medidas para facilitar o comércio e o investimento, tal como simplificação de processos; (7) estimular a liberalização em novos setores; (8) e criar um mecanismo para implantação efetiva do FA.

A fim de materializar os resultados de concessões imediatas feitas pelas partes, especialmente a China, o FA implementou o *Early Harvest Programme* (EHP) em janeiro de 2004. Ele permitiu a redução de tarifas de certos produtos mesmo antes do CAFTA entrar em vigor, tendo sido feito de maneira progressiva dentro de três anos- redução de 10% em 2004, 5% em 2005 e zero a partir de 2006. O EHP permite que os produtos dos membros da ASEAN sejam exportados para China com uma alta taxa de concessão para que eles obtivessem benefício real do acordo de livre comércio mesmo antes de entrar em vigor. Em contrapartida, a ASEAN concede à China tarifas em produtos da agricultura. Foram cerca de 600 itens taxados, a maioria da agricultura liberalizado unilateralmente pela China. Além disso, os chineses concordaram em conceder os mesmos benefícios dados aos membros da OMC àqueles que não fazem parte dessa organização multilateral (WANG, 2005).

Inicialmente, o FA seguiu uma visão multilateral de redução de tarifas, quer dizer, a concessão de tarifas deveria ser equânime para todos, uma vez que os mesmos produtos estão inclusos no EHP. Entretanto, alguns países se recusaram a tratar essa questão em nível multilateral por medo de perder poder econômico em determinado setor. Como exemplo, a agricultura tailandesa se mostrava mais eficiente em comparação a dos outros membros, de modo que se instaurou o receio de que a eficiência da Tailândia afetaria a economia dos outros países. A Malásia propôs em 2003 que se modificasse o modo de negociação dos produtos do EHP. Portanto, foi criado um novo protocolo que determina que a redução ou eliminação de tarifas por qualquer uma das partes deve ser feita de maneira unilateral. Contudo, se um membro da ASEAN quiser manter negociações tarifárias de comércio com a China, deverá fazer bi ou plurilateralmente, como foi o tarifário entra a China e a Tailândia (*Agreement on Accelerate Tarrif Elimination under the Early Harvest Programme*), sobre a eliminação de tarifas de frutas e vegetais.

Os produtos que o EHP não abrange foram categorizados pelo FA em *Normal Track* e *Sensitive Track* (WANG, 2005). O primeiro corresponde à redução ou eliminação de tarifas de alguns produtos até 2010 para os precursores da ASEAN e 2015 para os novatos. O segundo se direciona a produtos que podem ser especificados por cada parte do acordo individualmente, de acordo com seu desejo de liberalização ou não. Além das negociações

tarifárias desses bens, discutem-se também regras de origem, medidas não tarifárias, propriedade intelectual, entre outros.

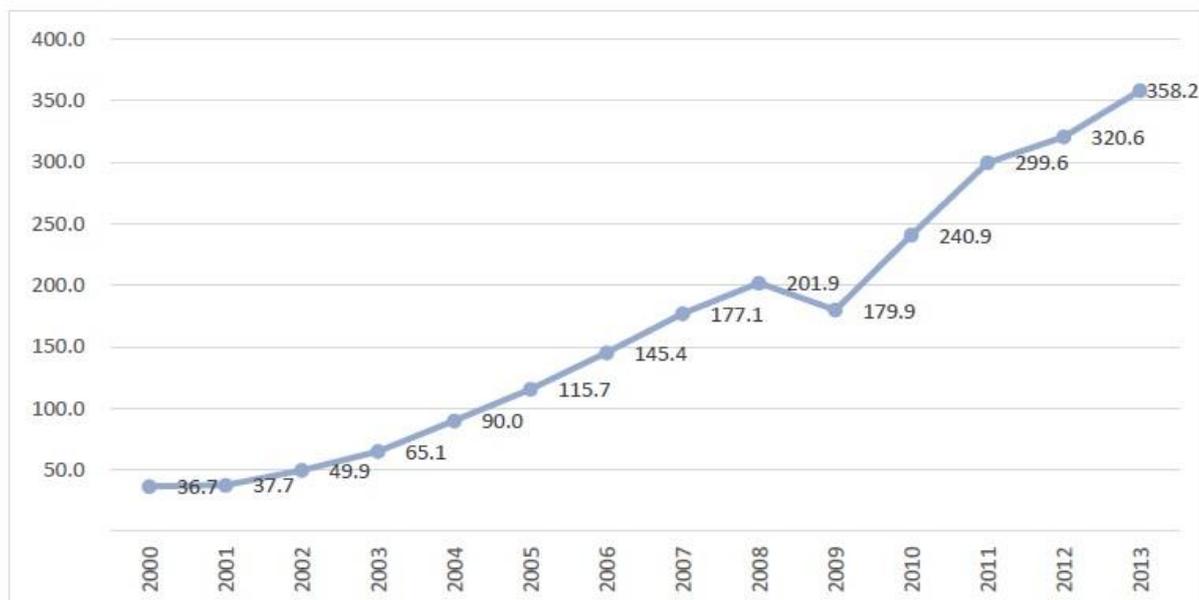
Ademais de comércio e investimento, China e ASEAN identificaram mais alguns setores prioritários para intensificar a cooperação, são eles: agricultura, tecnologia da informação, desenvolvimento humano, desenvolvimento da bacia do rio Mekong, comércio eletrônico, transferência de tecnologia, dentre outros (WANG, 2005).

Com o prazo final para liberalizar o comércio de todas as partes até 2020, o CAFTA ainda está em fase de implementação. A China é que está fazendo a maior parte das concessões para que o acordo seja efetivo, visto que os ganhos que essa parceria trará para o país serão imensos. Para que seu modelo de desenvolvimento econômico prossiga, é necessário que a relação com a região seja amigável. A liderança regional só será possível se contar com o apoio dos países vizinhos.

3.2.1 Primeiros Resultados

Na última década, o volume total de comércio entre a China e a ASEAN cresceu muito, mesmo estando o CAFTA ainda em implementação e não tendo sido eliminadas todas as tarifas. De 2000 a 2013, as trocas comerciais expandiram a uma taxa anual de 19,2%, alcançando cerca de 360 bilhões de dólares em 2013, como pode ser visto no Gráfico 2. Esse crescimento chegou a ultrapassar o crescimento anual da China em relação ao comércio mundial no mesmo período, identificado por 18,2% (MENDOZA, 2015).

Gráfico 2: Crescimento do Comércio China-ASEAN em Volume de 2000 a 2013, em bilhões de dólares



Fonte: MENDOZA, 2015.

A China se tornou o segundo maior parceiro comercial da ASEAN, constituindo 14% do total de seu comércio. Atrás dela estão os parceiros tradicionais, como União Europeia, representando 10%, Japão, 9%, e Estados Unidos, 8%, como pode ser analisado na Tabela 1. De acordo com Mendoza (2015), o volume de comércio da ASEAN com a China foi superior, nesse período, ao comparado com os parceiros tradicionais. Antes do acordo de livre comércio ser assinado, a China representava apenas 5% do volume total de comércio, enquanto Japão e Estados Unidos representavam 16% cada. Em 2013, os chineses abocanhavam 14% do total das trocas comerciais do bloco.

Tabela 1: Balança Comercial da ASEAN com Principais Parceiros, em bilhões de dólares

Parceiro		2000	2005	2010	2013
ASEAN	Exportação	98.2 (23%)	165.4 (25%)	263.0 (25%)	330.5 (26%)
	Importação	84.3 (22%)	154.3 (26%)	236.4 (25%)	288.0 (23%)
	Total	182.5 (23%)	319.7 (25%)	499.4 (25%)	618.5 (25%)
China	Exportação	16.5 (4%)	53.7 (8%)	113.7 (11%)	153.2 (12%)
	Importação	20.2 (5%)	63.0 (10%)	127.2 (13%)	205.0 (16%)
	Total	36.7 (5%)	115.7 (9%)	240.9 (12%)	358.2 (14%)
UE	Exportação	63.9 (15%)	84.2 (13%)	116.2 (11%)	128.5 (10%)
	Importação	41.9 (11%)	60.8 (10%)	89.1 (9%)	117.9 (9%)
	Total	105.8 (13%)	145.0 (12%)	205.3 (10%)	246.4 (10%)
Japão	Exportação	57.9 (14%)	73.1 (11%)	103.2 (10%)	122.9 (10%)
	Importação	74.0 (19%)	83.6 (14%)	115.8 (12%)	113.1 (9%)
	Total	131.9 (16%)	156.7 (12%)	219.0 (11%)	236.0 (9%)
EUA	Exportação	80.9 (19%)	94.3 (14%)	100.6 (10%)	115.1 (9%)
	Importação	51.9 (14%)	61.1 (10%)	82.2 (9%)	90.7 (7%)
	Total	132.8 (16%)	155.4 (12%)	182.8 (9%)	205.8 (8%)
Coreia do Sul	Exportação	15.8 (4%)	25.1 (4%)	45.1 (4%)	53.2 (4%)
	Importação	19.6 (5%)	28.8 (5%)	57.4 (6%)	79.0 (6%)
	Total	35.4 (4%)	53.9 (4%)	102.5 (5%)	132.2 (5%)
Índia	Exportação	6.7 (2%)	15.0 (2%)	36.7 (3%)	43.0 (3%)
	Importação	3.4 (1%)	8.9 (1%)	20.4 (2%)	28.4 (2%)
	Total	10.1 (1%)	23.9 (2%)	57.1 (3%)	71.4 (3%)
Austrália	Exportação	10.6 (2%)	22.4 (3%)	37.8 (4%)	45.4 (4%)
	Importação	8.4 (2%)	12.4 (2%)	19.0 (2%)	22.5 (2%)
	Total	19.0 (2%)	34.8 (3%)	56.8 (3%)	67.9 (3%)
Outros	Exportação	76.3 (18%)	122.2 (19%)	236.1 (22%)	277.9 (22%)
	Importação	76.3 (20%)	129.8 (22%)	205.3 (22%)	300.2 (24%)
	Total	152.6 (19%)	252.0 (20%)	441.4 (22%)	578.1 (23%)
Mundo	Exportação	426.8 (100%)	654.5 (100%)	1,052.4 (100%)	1,269.6 (100%)
	Importação	380.0 (100%)	602.7 (100%)	952.9 (100%)	1,244.9 (100%)
	Total	806.8 (100%)	1,257.3 (100%)	2,005.3 (100%)	2,514.5 (100%)

Fonte: Adaptado de MENDOZA, 2015.

Em contra partida, a ASEAN configura como o terceiro maior parceiro comercial chinês e o maior entre os países em desenvolvimento. O grupo, em 2012, representava 10,3% do mercado chinês e em 2013 alcançou 11,1%, quase igualando a União Europeia que representava 14% e os Estados Unidos 12,8%. Nessa terceira onda do regionalismo, a relação comercial da China com a ASEAN cresceu mais rápido do que com os parceiros tradicionais chineses, com um crescimento anual de 2,7% em média.

O comércio bilateral entre a ASEAN e a China cresce a cada ano. Nos últimos anos a China se tornou o maior parceiro da ASEAN enquanto que a ASEAN se tornou o terceiro maior parceiro Chinês. A parceria está imergindo com base na reciprocidade comercial: enquanto a ASEAN exporta *commodities*, a China exporta bens manufaturados (MENDOZA, 2015).

O acordo de livre comércio entre a China e os países membros da ASEAN reflete as medidas tomadas pelos países asiáticos após a crise financeira de 1997. Ele foi pensado como medida de precaução para futuros problemas econômicos ao integrar vários países da região. Os tratados bilaterais são as principais características dessa atual fase do regionalismo, de modo que ele foi a opção chinesa para dar propulsão a sua liderança e garantir uma estabilidade econômica, uma vez que os órgãos internacionais de comércio são engessados por interesses dos países desenvolvidos. Espera-se que o CAFTA assegure o crescimento desejado pelos seus integrantes através da integração regional.

4. CONCLUSÃO

As características do regionalismo vêm se diferenciando ao longo do tempo e se adaptando aos interesses econômicos e políticos dos tomadores de decisão. No período após a Segunda Guerra Mundial, ele se caracterizou pela intenção de superar o conflito e criar um ambiente mais harmonioso que favorecesse o desenvolvimento econômico. Enquanto na Europa a iniciativa foi tomada pelos Estados, na Ásia foi o setor privado que impulsionou a cooperação regional, com exceção da ASEAN, que foi uma iniciativa governamental a fim de criar um ambiente estável para a economia.

O Regionalismo Aberto na Ásia era caracterizado pela ausência de hegemonia e pela forte presença dos EUA. O Japão foi o principal ator que impulsionou a integração regional nessa época, uma vez que estava buscando a liderança e o regionalismo era sua principal estratégia de crescimento econômico. Muito da economia próspera da região se deve às políticas japonesas de *reasianização*.

A atual onda do regionalismo reflete a incredulidade com os organismos multilaterais de comércio e faz emergir os acordos bilaterais entre os países. O Novo Regionalismo, conforme Miyazaki, é caracterizado por essa desconfiança frente à eficácia dos órgãos multilaterais de comércio, pela crise financeira asiática de 1997, pela ampliação das áreas preferencias de comércio em outras regiões do mundo e pela competição entre os países da região.

A crise financeira da Ásia de 1997 abalou muitos países da região. A necessidade de diversificar os parceiros comerciais e de criar uma estrutura de ajuda mútua eficaz passou a ser evidente. Como os órgãos de financiamento internacional não foram efetivos e não atenderam as necessidades dos países, muitos se voltaram para a região para superar os problemas. “A verdade é que o regionalismo permite ampliar e dinamizar os mercados nacionais, inserindo-os em um todo mais amplo, que os integra. Assim se reformulam, reduzem ou mesmo anulam fronteiras” (IANNI, 1993).

O ALC da China com a ASEAN foi proposto logo após esse imbróglio econômico na região. A China pretendia atrair os membros com esperança de recuperação, uma vez que passariam a ter acesso a seu gigantesco mercado consumidor. Atualmente, o tratado está em fase de implementação. Seu prazo final é em 2020. Tudo indica que não será totalmente finalizado nessa data, pois os países menos desenvolvidos relutam contra a abertura do

mercado agrário por ser um setor competitivo para muitos. Entretanto, a China está engajada para que o acordo seja totalmente posto em prática, visto que aumentará consideravelmente seu poder de barganha em negociações internacionais e servirá de trampolim para a liderança da região. Com a assinatura do tratado, a China passou a se beneficiar do enorme mercado consumidor da ASEAN, enquanto as outras partes do acordo aumentaram sua participação nos investimentos externos diretos chineses (HUFBAUER, WONG, 2005).

O CAFTA, portanto, se encaixa nas características do Novo Regionalismo na visão de Miyazaki, visto que sua criação é impulsionada pela crise de 1997, que abriu as portas para a intensificação do regionalismo. A ampliação de áreas preferencias de comércio ao redor do mundo alertou para a necessidade de se voltar para dentro da região a fim de que o comércio dos países não fosse prejudicado nesse novo cenário. A ineficácia dos órgãos multilaterais de promoção do comércio direcionou as políticas econômicas para a região, onde muitas das necessidades são idênticas. Mesmo com interesses divergentes e competição em determinados setores econômicos, os países perceberam que o acordo para a abertura comercial era a melhor solução para reestruturar a economia e impulsionar o crescimento econômico. Os desafios ainda são muitos para a completa abertura de comércio entre a ASEAN e a China, no entanto, o interesse de elevar a economia regional a patamares dos Estados desenvolvidos incentiva os países asiáticos a fazerem concessões jamais pensadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASEAN Secretariat. **About ASEAN**, 2014. Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/about-asean/overview>>. Acesso em: 13 set 2015.
- BACELETTE, R. **Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização**. Boletim de Economia e Política Internacional. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Brasília, 2012.
- BARFIELD, C. **A política comercial dos Estados Unidos para a Ásia**. American Enterprise Institute, 2013.
- BHAGWATI, Jagdish. **Aggressive Unilateralism: America's 301 Trade Policy and the World Trade System**, London, Harvester Wheatsheaf, 1991.
- BOWLES, P. **ASEAN, AFTA and the "New Regionalism"**. Pacific Affairs, University of British Columbia, 1997.
- BROCHIER, L. **A Intensificação da Integração Regional no Leste Asiático: Motivações e desafios no período pós-crise financeira de 1997-98**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BUSTELO, P. **Regionalismo y relaciones económicas em Asia Oriental**. Regionalismo y Desarrollo em Asia: Procesos, Modelos y Tendencias. Fundación Cidob, p. 61-79, Barcelona, 2006.
- DAVID, C, EVANS, P. **The ASEAN Way**. Institut of Southeast Asian Studies, Cingapura, 2003.
- FIESP. **A Solução Multilateral para o Desalinhamento Cambial na Década de 80 e o Paralelo com o Contexto Atual**. Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior, São Paulo, dezembro de 2011.
- FLECK, R. J. **A Emergência do Novo Regionalismo nas Relações Internacionais Comerciais e Financeiras**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GIIL, I, KHARAS, H. et al. **An East Asian renaissance: ideias for economic growth**. The International Bank for Reconstruction and Development. The World Bank, 2007.
- GILPIN, R. **O Desafio do Capitalismo Global**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2004.
- HETTNE, Björn. The New Regionalism: a Prologue. **Globalism and the New Regionalism**. London: Macmillan; New York: St. Martin's Press, 1999, p.2.
- HUFBAUER, G. C., WONG, Y. **Prospects for Regional Free Trade in Asia**. Institute for International Economies, Washington, D.C., 2005.
- HYUN-SEOK, Y. **Explaining the emergence of New East Asian regionalism: beyond power and interest-based approaches**. Asian perspective, Seul, v. 27, p. 261-288, 2003.

IANNI, O. **Nacionalismo, regionalismo e globalismo**. Novos Rumos, 1993.

KAWAI, M. **East Asia Economic Regionalism: progress and challenges**. Journal of Asian Economics, 2005.

LEAL, C. M. **A Integração na Ásia-Pacífico: o papel da ASEAN e os objetivos da China**. Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2007.

LUSA. **ASEAN: Líderes adoptam Carta de organização que prevê respeito pelos direitos humanos e mercado único**. Jornal de Notícias, 2007. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=949802>. Acesso em: novembro de 2015.

MENDOZA, R. U. **An Analysis of the Envolving ASEAN-China Trade Linkages**. Asian Institut of Management, maio de 2015.

Ministry of Natural Resources and Environment. **ENVINAT-AC**. Disponível em: <<http://www.aseangreenhub.in.th/envinat-ac/index.php/en/memberinacsection>>. Acesso em 17 nov. 2015.

MIYAZAKI, Silvio. **O Novo Regionalismo Econômico Asiático**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v27n1/v27n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

MIYAZAKI, Silvio. **Regionalismo no Pacífico Asiático: integração econômica orientada pelo comércio externo**. Revista de Economia Política, vol. 16, 1996. Disponível em: <http://www.academia.edu/270976/Regionalismo_no_Pacifico_Asiatico_integracao_economica_orientada_pelo_comercio_externo>. Acesso em: 16 jun. 2015.

MUNAKATA, Naoko. **“Whither East Asian Economic Integration?”**. RIETI Discussion Paper Series, Tokyo, 2002.

POLIDO, F. **O desenvolvimento do novo regionalismo asiático no direito de integração**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176578/000860627.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 16 out. 2015.

RANA, P. **Economic Integration in East Asia: Trends, prospects and a possible roadmap**. ADB Working Paper Serie on Regional Economic Integration, 2006.

RAVENHILL, J. **The ‘new East Asian regionalism’: a political domino effect**. Review of international political economy, Oxford, v. 17, n. 2, p. 178-208, 2012.

RINALDI, P., MACHADO, R. **Globalização e regionalismo**. Guia de estudos FACAMP Model United Nations, 2014.

SEGURA, C. **El Regionalismo em Asia Oriental**. Regionalismo y Desarrollo em Asia: Procesos, Modelos y Tendencias. Fundación Cidob, p. 15-60, Barcelona, 2006.

SOESASTRO, H. **Regional Integration in East Asia**: Achievements and Future Prospects. Asian Economic Policy Review, 2006.

URATA, S. **An ASEAN+6 Economic Partnership: Significance and Tasks**. Japan Center of Economic Research, 2008.

VIZENTINI, P. G. F. A Nova Ordem Global, Relações Internacionais do Século 20. **Editora UFRGS**, 1996.

WAN, M. **The political economy of East Asia**: striving for wealth and power. Washington, DC: CQ Press, 2008.

WANG, Vincent Wei-cheng. **The Logic of China–ASEAN FTA**. China and Southeast Asia: Global Changes and Regional Challenges, p. 17-41, 2005.

YAHUDA, M. **China's Win-Win Globalization**. Yale Center for the Study of Globalization, 2003.

YUE, C. S. **AEAN-China Economic Competition and Free Trade Area**. Asian Economic Papers, 2006.